



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2017

Ata n.º 34

Aos vinte e dois dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezassete, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de nove de Fevereiro e aditamento de dezassete de Fevereiro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

PONTO DOIS: Aprovação da ata da sessão de 27-10-2016;-----

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso para Concessão da Conceção, Construção e Exploração do Crematório de Albufeira;-----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, das Declarações de compromissos plurianuais e de pagamentos e recebimentos em atraso a 31 de Dezembro de 2016; -----

PONTO CINCO: Análise, discussão e deliberação, sobre a instalação de estabelecimento de cultura de bivalves em Albufeira, com eventual deliberação a atestar ser contra o interesse municipal do município de Albufeira;-----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público com Publicação no JOUE, para Fornecimento de Gás GPL a Granel para Depósito, Canalizado ou Butano e Propano em Garrafas para Abastecimento de Edifícios Municipais; -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de isenção total do pagamento de taxas devidas pelas operações urbanísticas, objeto de ações de reabilitação, a desenvolver na zona abrangida pela Delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Aldeia de Paderne, bem como considerar como "Projeto Urbanístico de Interesse Municipal" a delimitação da respetiva área; -----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação sobre a integração da Associação Nacional de Assembleias Municipais; -----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação da Moção subscrita pela CDU, com o tema "O Flagelo da Precaridade Laboral"; -----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação da Recomendação subscrita pela CDU de atribuição de nome a uma Rua na Freguesia de Albufeira e Olhos de Água a Fausto Napier; -----

PONTO ONZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1.ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2017-2020; -----



PONTO DOZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1.ª Revisão do Orçamento para o ano de 2017, incluindo o Mapa de Pessoal; -----

PONTO TREZE: Tomada de conhecimento da sentença do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, do Processo 185/10.8 BELLE-A (Urb. Roja Pé Lote 4);-----

PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), José Galdes de Pereira Simões (PS), Sofia Margarida do Rosário Oliveira (VIVA), António Manuel Jesus Colaço (PSD) Vera Neves Albuquerque e Castro Coelho Simões (PS), Cândido Augusto Marques Reigado (CDU), Adriano Duarte de Horta Nogueira Ferrão (PSD), Domingos Manuel Martins Coelho (PS), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Carlos Alberto dos Santos Fernandes (PS), Mário Samuel Raimundo Gaspar (VIVA), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD), Ruben Thiago Ferrara Romão Barulho (PS), José Joaquim do Carmo Pimenta (CDU), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Ivânia Correia Mascarenhas (VIVA), Luís Matias Afonso (CDS), bem como os Presidentes das Juntas de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, de Guia, Joaquim Vieira, de Paderne, Miguel Coelho, e das Ferreiras, Fernando Gregório. -----

Substituições: Face ao pedido de substituição apresentado pelo membro Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Ana Oliveira e Ana Pereira foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem das respetivas listas, Sofia Oliveira, António Colaço, Helena Simões e Ruben Barulho. -----

Registou-se, ainda, a presença do Presidente da Câmara, Carlos Eduardo da Silva e Sousa, e dos Vereadores Célia Pedroso e Ana Vidigal. -----

Verificando-se a ausência da primeira secretária foi convidada a integrar a mesa a membro Helena Simões. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão: -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Miguel Coelho: "Boa noite a todos os presentes nesta Assembleia Municipal. Venho a esta Assembleia Municipal pela terceira vez: a primeira vez foi no dia vinte e sete de Outubro e a segunda vez foi no dia vinte e nove de Novembro de dois mil e dezasseis. O assunto é a discoteca de nome "Bar Sangria Lounge Club" que os senhores autorizaram no lote três da Marina de Albufeira. O nosso alvará de loteamento número dois barra dois mil e um, de vinte e quatro de Abril de dois mil e um, autoriza habitação/ apartamentos turísticos e também comércio/serviços. No nosso alvará de loteamento número dois, dois mil e um, de vinte e quatro de Abril de dois mil e um, não constam termos como restauração, venda de bebidas, hotelaria, similares. É nosso entendimento que a Câmara Municipal de Albufeira não devia ter autorizado a abertura de uma discoteca, que desde o dia vinte e dois de Junho de dois mil e doze, tem atentado contra a tranquilidade do prédio "lote três" com ruídos que perturbam os



restantes condóminos, oportunamente objeto de dezenas e dezenas de reclamações. De qualquer modo as utilizações das frações em regime de propriedade horizontal caem no direito privado e deveria ter sido o condomínio a deliberar sobre este ponto, o que não aconteceu. Quando o edifício está sujeito ao regime de propriedade horizontal, que é o caso, necessita de autorização de todos os condóminos, registando em ata de condomínio. O licenciamento do espaço depende, em primeira instância, da aprovação do condomínio. Não existe, repito não existe, uma ata de assembleia de condomínio do lote três onde isso seja referido, portanto, a pergunta que eu queria fazer, é a seguinte: qual a fundamentação da Câmara Municipal de Albufeira para ter autorizado uma discoteca numa zona sensível de habitação?"-----

Presidente da Câmara: " Já não é nova esta questão e, que eu saiba, não se trata de uma discoteca, trata-se de um bar. Sei que já foi feita, e penso que depois de o senhor já cá ter estado, uma medição acústica que não tem dados negativos. Portanto, isso surpreende uma vez que tenho conhecimento de mais reclamações sobre este estabelecimento comercial. Quanto as outras questões, desconheço como é que foi feito o licenciamento. Foi em dois mil e doze o licenciamento para este estabelecimento?"-----

Miguel Coelho: " Não, é o número dois de dois mil e um."-----

Presidente da Câmara: "Não, eu estou a dizer o licenciamento?"-----

Miguel Coelho: "Eu não sei do licenciamento. Eu sei é quando começaram e, se me permite Senhor Presidente, "bar" subentende-se que seja um espaço onde as pessoas possam beber um copo e conversar. Portanto, aquilo não tem mesas, nem cadeiras. Qualquer pessoa, através de um *Smartphone* sabe as noites de Kizomba para dançar. De resto também gostava de lhe dizer o seguinte: nós temos um condomínio bastante vegetativo, e bem mais vegetativo que o regulamento municipal de ruído, em que, por definição, o período noturno começa às vinte e duas horas até às oito horas da manhã, enquanto o regulamento aprovado por esta Câmara, no que diz respeito ao ruído, é tolerante, começa um pouco mais tarde, começa às vinte e três horas, e o nosso regulamento é muito simples. Tem lá uma série de regras em que os condóminos têm que cumprir, nomeadamente a tranquilidade, o direito ao sossego. Não tem nada a ver com decibéis, nem com sonómetros, nada disso, é muito simples: temos ou não temos tranquilidade. Não temos tranquilidade! Inclusive o senhor dessa discoteca, se me permite a expressão, pediu se uma empresa da especialidade poderia ir lá ao meu imóvel. Não é no rés-do-chão, não é no sítio mais desfavorável, é num segundo andar. Além do rés-do-chão, o som passa pelo primeiro andar, até chegar ao segundo andar, e eu aceitei que fossem lá fazer as medições. É evidente que, quando a discoteca estava desligada, não se ouvia nada. Depois, o senhor da empresa da especialidade, instruiu para que ligassem o som da discoteca, e começou-se a ouvir o "bum bum bum bum". Estiveram lá em três períodos, três medições, em três sítios diferentes, de dez minutos, fizeram as medições e depois o técnico pura e simplesmente, diz: "Não, isto



está tudo normal". Quer dizer, o normal, se calhar, pode funcionar para a casa dele mas ali é "tranquilidade", tranquilidade é silêncio, não posso ouvir nem "bum bum" nem meio "bum bum". Não me interessa saber os decibéis. Peço desculpa, Senhor Presidente, mas o senhor conhece os meus pais, os meus pais estão extremamente doentes, já nem saem de casa. O meu pai tem oitenta anos e a minha mãe setenta e oito. Isto é dramático! Já me aconselharam "Olhe, compre casa noutra sítio, vá para outro sítio". É complicado."-----

Presidente da Câmara: " O que eu vou fazer, mediante mais esta manifestação de incómodo, é mandar verificar qual é a situação e ver quais são as medidas porque ninguém tem o direito de incomodar seja quem for e não é só o senhor que tem feito essa reclamação, há mais pessoas a fazer reclamação e, designadamente salvo erro, foi no sábado passado que estive a funcionar até às quatro e meia da manhã. Eu recebi essa reclamação e daí ter ido ver o que é que se passava com esse processo e ter verificado que foi feita uma medição acústica, como o senhor disse, que não acusava nada de anormal. Mas isso também não é suficiente, uma vez que eu já tinha essa informação de sábado até às quatro e meia da manhã e agora o senhor vem aqui, corroborar precisamente a mesma situação. Vou ter que verificar isso com mais pormenor, porque eu também concordo que ninguém tem que ser privado do seu sossego."-----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDENCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos Membros, para consulta, no Gabinete da Assembleia Municipal.-----

Presidente da Assembleia: "Temos ainda mais uma correspondência que decorre de uma participação da Associação Pata Ativa e que a Câmara hoje já nos facultou alguma informação. Também fui informado pela Senhora Vereadora Ana Vidigal, que há informação complementar que depois irá ser dirigida a esta Assembleia Municipal. Em resumo, trata-se de uma questão no Escarpão, de uma antiga pedreira, uma exploração de pedreira, em que ficou o buraco e enviam-nos uma fotografia que contém pneus e um veículo automóvel submersos. A fotografia é deveras preocupante. Nós oficiámos à Câmara e a Protecção Civil já nos respondeu (depois vou pedir que seja enviada esta participação a todos os Membros) e é referido pelo Serviço de Protecção Civil, que se deslocaram ao local a quinze de Fevereiro (a participação entrou no dia oito de Fevereiro) e que existe uma britadeira de pedra que encerrou há cerca de quarenta anos. Foram enviados ofícios também à GNR, SEPNA e um pedido de esclarecimento no dia dezasseis à Divisão de Ambiente, Higiene e Espaços Verdes, que foi remetida a informação para a CCDR, e, portanto, a situação está a ser também acompanhada por parte da CCDR, e nós remetemos também à GNR e à CCDR um pedido de esclarecimento para que nos ponham ao corrente desta questão porque, de facto, se trata não só de uma questão ambiental grave, como também da contaminação dos



nossos aquíferos e nesta zona em especial. Vamos estar aqui um bocadinho em cima desta participação e da atuação dos serviços, dentro daquilo que é a competência dos serviços municipais e depois também da Inspeção Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território. Foi feito um pedido de fiscalização que também vem aqui por parte da GNR, com relatório fotográfico, a Câmara Municipal também nos envia aqui as plantas de localização. Oficiei também à Câmara Municipal no sentido de saber se conseguem a informação de quem é o proprietário. Isto foi a informação que chegou e estou a partilhar convosco mas vou pedir que se faça chegar a todos os Membros da Assembleia Municipal esta informação.”-----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Presidente da Assembleia: “Antes de dar a palavra tomava-a eu para dar conhecimento, aos Membros desta Assembleia, de uma situação que acho que é inqualificável. Por certo recordar-se-ão de um email que foi feito pela Luísa, a perguntar se esta assinatura era de alguém, e isto tratou-se de um ofício por parte da ARS, que vinha do departamento jurídico. Tratou-se de uma participação sobre um Membro desta Assembleia Municipal. Pediram-me sigilo nesta vertente e eu assim respeitei, informando o competente Membro e digo-vos que é o Membro Vera Simões. Acompanhei com ela este processo, que representou uma atitude cobarde de quem fez esta participação. Na minha posição pessoal, atenta contra a legitimidade dos eleitos desta Assembleia e atentando contra a pessoa do Membro desta Assembleia em termos pessoais. Agora posso pôr-vos ao corrente desta participação. Não vos mando cópia mas quem quiser consultar estará no âmbito da correspondência por parte da Assembleia Municipal. Trata-se de atentar contra a sua pessoa, digo eu, em termos profissionais e em termos da legitimidade de estar nesta Assembleia Municipal, em que fizeram uma participação pedindo um processo disciplinar porque a Membro Vera Simões viria a esta Assembleia Municipal quando estaria de baixa médica. Nós acompanhámos o processo, prestando todos os esclarecimentos, e a conclusão foi que o procedimento da Membro Vera Simões não padecia, em termos profissionais, de qualquer infração disciplinar. Para mim isto foi um ataque pessoal. Não foi um ataque qualquer, de qualquer outra vertente, que não um vil ataque à sua pessoa. Felizmente não houve qualquer consequência e eu tive a oportunidade de escrever ao Senhor Presidente do Conselho Diretivo dizendo que não deveria haver qualquer sanção disciplinar porque está no âmbito de um direito civil e não somos remunerados por esse efeito, não temos subordinação jurídica, estamos no exercício de um direito de cidadania, e, principalmente, quando há um ataque cobarde, perdoem-me esta expressão que eu não tenho outra, de nem sequer se poder identificar, e mais, fazendo-se passar por um Membro desta Assembleia, porque a pessoa diz: “Eu, Deputado da Assembleia Municipal de Albufeira, venho por este meio denunciar a seguinte situação”. Eu não compreendo isto como tenha sido qualquer Membro desta Assembleia. Daí eu ter feito a pergunta desta forma. Entendo que foi um ataque



peçoal que é de repudiar e manifesto aqui, pessoalmente, à Vera Simões, um pedido de desculpas por parte desta Assembleia porque de facto é vergonhoso um ataque pessoal a um Membro desta Assembleia, desta forma em que nem sequer a pessoa tem a coragem de se identificar. Como digo, respondi que não tinha partido de nenhum Membro desta Assembleia Municipal porque acredito que não foi, que se tratou mais de uma tentativa de achincalhar a sua pessoa em termos profissionais do que propriamente de atingi-la aqui, como Membro desta Assembleia Municipal, onde somos todos, digamos assim, homens livres e de bons costumes. Não queria deixar de repudiar e manifestar a esta Membro da Assembleia a sua legitimidade para estar presente e na sua pessoa e na pessoa de todos os Membros, um pedido de desculpa por este ataque vergonhoso."-----

Francisco Oliveira: "É só para acrescentar uma questão que eu acho que é fundamental: é que para além do que o Senhor Presidente disse, e muito bem, há um pormenor no referido atestado, relativamente à Vera, que diz que, estando de baixa médica, lhe é permitido, e até conveniente, que saia de casa e que possa, eventualmente, participar em determinado tipo de atividades. Portanto, não é só esta a questão mas é também uma questão mesmo técnica e que lhe permite, no caso em apressa, estar de pleno direito, também por via das suas obrigações disciplinares, nesta Assembleia, tendo sido eleita para o efeito. Era só isto que queria acrescentar."-----

Vera Simões: "Desde já quero agradecer a disponibilidade e a atenção que o Doutor Paulo Freitas e o Senhor Presidente da Câmara desde o início revelaram comigo. Penso que também não passa por um pedido de desculpa dos Membros da Assembleia, não vejo que haja essa necessidade porque, se alguém tivesse alguma dúvida, poderia sempre ter vindo falar comigo. A baixa médica é um acidente de serviço ao qual eu fui sujeita no meu local de trabalho. A ARS não está a cumprir, desde dois mil e catorze, com os seus deveres para comigo e, ao vir aqui, assumi uma posição, pelo que já disse, mais por um ato de cidadania e não o fiz à revelia, aconselhei-me para saber se poderia assistir às reuniões ou não. Portanto, não foi de uma forma irresponsável e daí que também este processo tenha terminado sem qualquer dano para a minha pessoa a nível profissional porque também não foi conduzido de uma forma leviana, nem irresponsável. Tenho uma imensa pena de não poder agradecer à pessoa que me fez isto. Sinceramente, gostaria imenso de lhe agradecer porque reforçou toda a educação que eu tive ao longo da minha vida e as minhas convicções enquanto pessoa de que podemos ter todos opiniões diferentes e sermos diferentes e tratarmo-nos com respeito, porque foi isso que reforçou. As atitudes que vieram de pessoas, se calhar das quais eu não estava à espera, e que me mostraram que existe ainda o respeito e a dignidade pelo outro e, nesse aspeto, eu só tenho que agradecer ao Doutor Paulo Freitas e ao Doutor Carlos Silva e Sousa e a todos os outros que, supostamente, seriam deste lado de cá mas que me mostraram que é possível sermos diferentes e nos respeitarmos. Obrigada."-----



José Pimenta: "Reiterar as palavras do Senhor Presidente e dizer que é um ato cobarde, não há dúvidas absolutamente nenhuma. E ainda intitular-se Membro da Assembleia Municipal. Eu tenho noventa e nove por cento de certeza que não tenha sido nenhum Membro da Assembleia."-----

Francisco Guerreiro: "Era só para levantar aqui um bocadinho uma situação que eu acho que ainda não foi abordada neste mandato e estamos quase no final dele: é sobre habitação social. A Junta de Freguesia de Paderne fez uma proposta à Câmara aqui há uns anos a esta parte de compra de um terreno que lá está, e que a Câmara comprou, e entretanto mandou fazer uma maquete e lá esteve em exposição muito tempo e até hoje nada ouvi sobre este assunto. Eu só queria perguntar se a Câmara tem em mente avançar com o projeto de habitação social. Para mim, acho eu mas posso estar enganado, na minha opinião, seria uma mais-valia para também pôr mais pessoas em Paderne. Passou-se um mandato e nada foi falado sobre este assunto. Gostava de saber se há alguma coisa para que isso possa ir avante. Outra situação é que gostava de felicitar a Câmara Municipal pelo serviço que está lá a fazer, que é arranjar aquela casa que foi comprada para o Museu. Realmente vale a pena e valia a pena olhar bem por aquilo porque aquilo estava na eminência de cair. O telhado já tinha caído. A Câmara mandou pôr o telhado, está a recuperar o exterior, mandou fechar as janelas e as portas e está a pintar. Pela minha parte os meus agradecimentos sobre isto porque acho que é uma mais-valia que está lá."-----

José Pimenta: "Gostaria de frisar um ponto que é a parte da limpeza. Digo com agrado que desde Fevereiro que, na minha zona, a limpeza está a ser efetuada todos os dias. Estamos em Fevereiro e só agora tem sido assim. Questiono: porque é que não tem sido efetuado nos outros meses e nos outros anos? Gostaria que continuasse assim, independentemente de quem ganhar as próximas eleições. Depois quero falar de duas recomendações que já foram efectuadas pela CDU. Primeira: houve uma intervenção no Barranco, que vai dar a Vale Carro. Tenho ido lá verificar como está a situação, e a nível estético estou plenamente de acordo, mas a parte técnica... Eu pensei que aquele canal seria coberto mas não é o que acontece, ficou o canal aberto. Acontece que à saída desse canal tem uma comporta e ali há um problema: há esgotos com as águas pluviais. Se, por acaso, esse canal estivesse cimentado na parte de baixo, as águas iam ter nivelamento suficiente e sairiam e entrariam nas outras condutas. Mas não é esse o caso. Aquelas grandes pedras estão nas laterais mas também estão no fundo. Acontece que, em vários sítios, as águas ficam paradas e nós aqui não cheiramos, mas eu estive lá, mais do que uma vez, e consegui cheirar. Penso que o Presidente devia mandar lá um técnico para verificar a situação. Penso que o dono da obra deixou aquilo mal mas a Câmara deve ter conhecimento e fazer a fiscalização destas obras. Outra recomendação que fizemos aqui é em relação à Rua António Aleixo. Acontece que toda aquela zona precisa de uma requalificação. Necessita de um suporte a partir da morada do senhor Francisco Martins, que era o meu sogro. A partir daí não existem quaisquer



passeios, o pavimento está mau e é o problema do estacionamento. O estacionamento é feito no lado direito e lado esquerdo e muitas vezes dois carros não conseguem passar. Eu passei lá a vinte e tal de Dezembro e havia uma tampa de esgoto que estava partida. Este domingo passei lá e verifiquei que está igual. Há dois meses que aquela tampa de esgoto está assim. Meteram lá uma baia, que está do lado da estrada, ou seja, quem passar pelo passeio, que não é bem passeio porque não tem pavimento nenhum, cairá lá dentro. É um perigo público esta situação. Gostaria que verificassem esta situação. Penso que merece uma requalificação. Compreendo que haja pontos mais importantes mas isto também mexe muito com a população e com o turismo.” -----

Cândido Reigado: “Na última reunião da Assembleia trouxe aqui uns problemas relacionados com os Olhos de Água: é o caminho de acesso à praia do Barranco, que além de continuar caminho de terra esburacado está intransitável; na estrada de Vale Carro o pavimento também está com problemas; a Rua João Veiga também tem lá buracos. Mas aquilo que de facto é uma má imagem para a cidade de Albufeira são aquelas construções na encosta da Marina que estão assim há não sei quantos anos, em tijolo, aquilo não tem solução? Não haverá uma maneira de a Câmara tomar medidas e resolver aquele problema?” -----

Presidente da Câmara: “Começaria pela questão da Vera Simões. Tendo tomado conhecimento do conteúdo da denúncia, entendo que a denúncia, em si mesma, ou seja, em termos substanciais é, de facto, inqualificável no sentido negativo, no sentido de ser muito baixinho o nível a que se chega para tentar prejudicar alguém. Alguém que está a fazer um ato de cidadania ao participar na Assembleia Municipal, tendo sido eleita e mostrou todo o respeito. O adjetivo que posso usar será sempre suave em relação à personagem que faz esse tipo de denúncia, que apenas tem o interesse de prejudicar alguém que está no exercício de um cargo, que eu entendo que é um cargo de toda a nobreza, é um acto de cidadania. Normalmente, esta gentinha usa o anonimato para fazer as suas baixezas, é um acto de cobardia. Repudio por inteiro e quero dizer à Vera que, independentemente das cores políticas, eu respeito muito todos os membros desta Assembleia Municipal. Respeito quem tem ideias diferentes das minhas mas não respeito ninguém que faça este tipo de denúncias, que não merece o mínimo de respeito, quer quanto ao conteúdo quer por nem sequer ter coragem de dizer quem é. E, seguramente, não é ninguém da Assembleia Municipal, não obstante ter-se intitulado como tal. A Assembleia fez muito bem em reagir energicamente quando atacaram desta forma um seu membro. Quem está na política está sujeito, muitas vezes, injustamente, a este tipo de ataques. Em relação à intervenção do senhor Francisco Guerreiro... Em Paderne está, neste momento, em curso o estudo da questão da habitação social como forma de também prender e poder levar juventude a fixar-se em Paderne. Porque é um pouco triste que tenhamos juventude de Paderne, e que já não é assim tanta, a ter muitas vezes de sair de lá para ir ter habitação noutros lados e às vezes até fora do nosso concelho. Essa matéria está na ordem do dia. De



qualquer maneira, agradeço a chamada de atenção sobre uma matéria de tanto interesse para a freguesia de Paderne e mesmo para o concelho de Albufeira. Em relação à intervenção do senhor Pimenta, fico satisfeito de ouvir que a limpeza está a ser feita convenientemente. É um dos elementos fundamentais porque Albufeira tem um nome a defender e os seus munícipes têm todo o direito a terem a sensação de bem-estar naquilo que é a prestação de serviços públicos. Quanto à observação do Barranco, neste momento não lhe consigo dizer os pormenores mas devo dizer-lhe que o trabalho ainda não está completo. Tanto que aqui na revisão das Grandes Opções do Plano temos, neste momento, uma verba, um reforço, para o projeto que está a ser intervencionado. Quanto à questão que refere de haver esgotos nas águas pluviais, eu não reconheço isso, embora, por precaução, tenha mandado verificar a possível, eventual, origem de alguns esgotos que possam existir na linha. Não tenho essa confirmação mas mandei verificar se existe e, se existir, é para ser corrigido. Este problema de haver mistura de esgotos com águas pluviais é um problema que existe em todo o lado mas temos, de facto, de ir corrigindo, especialmente numa zona que é delicada e, inclusivamente, onde ela vai desaguar é uma zona ainda mais delicada. É um assunto que está a ser visto. Há um reforço da verba nesta revisão para que essa obra, tida como urgente, possa avançar. Quanto à Rua António Aleixo, também tenho consciência do que referiu, só não tinha consciência da tampa partida, mas a necessidade de reparação, de ordenamento do trânsito e do estacionamento, indiscutivelmente, é para ser intervencionado e está a ser preparado um projecto sobre essa matéria. É uma rua que, de facto, não só pelo trânsito que tem, merece ser bem vista. Não só a reparação do asfalto, que está muito degradado, mas também a questão do estacionamento e do ordenamento e os passeios, que chega a determinada altura e acabam. Em relação ao caminho do Barranco, também temos conhecimento dessa matéria e vamos fazer o esforço no sentido de reparar para que as pessoas possam aceder à praia e, seguramente, estará pronto para o início da época balnear - pelo menos vamos fazer um esforço nesse sentido. Quanto à obra da encosta da Marina, temos ali uma situação que eu sou o primeiro a detestá-la, não só pela maneira como foi construída mas por estar parada. Se já estivesse pronta, apesar da maneira como foi construída, teria outro aspeto. Sempre que vem alguém ao meu gabinete perguntar sobre investimentos possíveis em Albufeira, tinha por hábito dizer logo dois: um era o Ocean Villas, ao pé da Rotunda dos Golfinhos, que já está pronto e tem estado fechado, e o outro era precisamente esse, na Marina. Disse isso a "N" empresários. Penso que, nesta fase, o ideal seria alguém pegar naquilo, comprar e acabar. É isso que tenho tentado, dentro das minhas limitações, sugerir. Há questões judiciais pelo meio, que muitas vezes se tornam impeditivas de soluções rápidas. Devo dizer que também me choca, mais esse da Marina do que o outro, que tem um ar de abandono, mas está pintado. Não sei o que se pode fazer para além de sugerir aos empresários pegarem naquilo." -----



Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou à Ordem do Dia. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os Membros: -----

Francisco Oliveira: "Venho mais uma vez, como é hábito, fazer referência à informação que consta relativamente ao saldo. Para que se tenha uma noção, neste momento o município tem, em operações orçamentais e operações de tesouraria, cerca de sessenta e quatro milhões de euros. Constatando com o valor da última Assembleia Municipal, em que o valor era de cerca de cinquenta e oito milhões de euros, temos aqui uma perspetiva que o município continua, no fundo, a poupar, a colocar o dinheiro no banco e a não fazer o fundamental, que é gastá-lo da melhor forma. Sei que é já quase uma referência habitual, e cai quase no esquecimento este tipo de referência, mas a verdade é esta: a boa gestão passa, efetivamente, pela gestão dos valores que o município arrecada. E se o município consegue ter uma taxa de execução reduzidíssima, não se percebe por que razão cobra aos munícipes os valores relativamente a taxas municipais, impostos, IMI, retirando estes valores da economia local. A verdade é que, mais uma vez se verifica esta questão, mais uma vez se verifica que os montantes aumentam e não há, efetivamente, projetos em que sejam aplicados estes montantes. E, portanto, o que vemos aqui é a continuação desta política, de chegar ao final do mandato sendo a câmara mais poupadinha do Algarve mas sem, efetivamente, fazer algumas das obras. E, nesse aspecto, há que realçar, mais uma vez, que há obras fundamentais e obras até de pequeno montante. É perfeitamente possível fazer essa delegação de competências, e está na mão do Presidente fazê-las, mas, infelizmente, até à data e sempre que temos tocado neste assunto, tem entendido não o fazer, ou fazê-lo de uma forma muito parca, embora saibamos que já houve algumas transferências, neste último ano, mas que, mesmo assim, ficariam aquém... E o facto de serem feitas, não digo na sua totalidade, não implicaria uma porção substancial destes valores que estão no orçamento. São valores que estão, efetivamente, em caixa e que estão disponíveis para poderem ser disponibilizados para este tipo de tarefas." -----



Adriano Ferrão: "Curiosamente não estamos de acordo com o que foi aqui proferido, que este ano é uma questão de eleitoralismo. Uma coisa é o interesse da população na perspectiva do PS, e outra coisa, o que é o nosso entender, do que nós sentimos que é o interesse da população. Gerir não tem de ser necessariamente gastar. Gerir é gastar bem gasto, é respeitar prioridades, neste caso as prioridades que o próprio executivo determina. Por vezes é necessário aforrar para se conseguir ter os montantes necessários para levar alguns tipos de obras para a frente. E nós todos sabemos que essas obras estão no horizonte, já foram faladas aqui nesta sala, são importantes, são incontornáveis. Lembro-me de todo o plano de drenagem de que Albufeira necessita e que envolve muitos milhões e, por isso, é necessário fazer face a esses gastos. Claro que entendo a preocupação do PS quando diz que não se gasta, que vão gastar agora, neste ano, têm este dinheiro todo. Isto vai dar vantagens e desvantagens para outros e, se calhar, umas transferências maiores agora, neste momento, para as freguesias também seriam bem-vindas. Também concordo que, às vezes, as freguesias tenham essa sensibilidade, a sensibilidade de estar junto dos cidadãos, conhecer os seus problemas em maior proximidade, e claro que as juntas de freguesia têm todo o acesso ao Presidente da Câmara Municipal para lhe colocar os problemas e as necessidades que as suas freguesias apresentem. Nunca me lembro que o executivo tenha fechado a porta a esse diálogo. De modo que, as coisas podem ser feitas de forma cordial, pesem embora as diferenças políticas. Mas é possível fazer um trabalho quase de equipa se as coisas funcionarem bem. Mas claro que o protagonismo, no entender de alguns, é para quem tem mais dinheiro para gastar porque isso pode trazer outros dividendos, inclusivamente dividendos políticos. Mais uma vez ouvimos esse discurso mas não podemos estar com ele."-----

José Pimenta: "Chamo aqui a atenção em relação ao ajuste direto para aquisição de serviços de limpeza da escola EB2,3 do município de Albufeira. No meu ponto de vista deveria haver concurso para aquisição desse pessoal. Normalmente são assistentes operacionais que vão para a reforma e que, no nosso ponto de vista, é um trabalho permanente: há necessidade desses trabalhadores nas escolas e deveria ser aberto concurso para admissão para preencher essas vagas."-----

Francisco Oliveira: "Relativamente à questão colocada pelo deputado Adriano, o Partido Socialista não disse que este ano era uma questão meramente eleitoralista, desde o início que tem vindo a focar esta situação, nomeadamente as transferências para as freguesias. Portanto, não é uma questão oportunista, é, de facto, uma questão



que tem vindo, ao longo do tempo, a ser referida. A verdade é que estes projetos de que se fala, são projetos a serem executados em quatro ou cinco anos, e, portanto, até lá, há, efetivamente, que se fazer alguma poupança, mas não se percebe porque é que alguns deles de valores de muito pequeno montante, não possam ser transferidos ao abrigo não sabemos muito bem do quê, o que deixa, eventualmente, as populações numa situação menos boa, com pequenas reparações e pequenas necessidades que podiam ser colmatadas. É esta questão que tem vindo a ser recorrentemente referida. Não se fala aqui de dividendos políticos, fala-se de uma questão que desde há três anos e meio tem vindo a ser referida, nesta Assembleia, com as delegações de competência, que o senhor Presidente tem escusado sempre, nunca foi feito, mas o que é facto é que todos nós sabemos que o gasto na proximidade tem sempre um maior impacto, até porque os senhores Presidentes de Junta têm uma noção muito mais precisa daquilo que são as necessidades das populações. A verdade é que, para este ano, não verificamos haver algum projeto substancial a ser executado até às eleições e, portanto, não estamos a falar em questões eleitorais. Ver crescer o saldo bancário é sempre agradável mas, por outro lado, necessitávamos, realmente, de valores elevados para que algumas das necessidades fossem colmatadas.”-----

Presidente da Câmara: “Há saldo que neste momento não pode ser utilizado, o dinheiro que transitou do ano transacto neste momento não pode ser utilizado. São as regras orçamentais que existem e só vai ser possível ser utilizado depois da aprovação da prestação de contas. E, com as dificuldades orçamentais que temos tido, temos estado a lançar uma série de obras. Não sei se já reparou, se já passou pelas Ferreiras, pelo INATEL, várias estradas do interior também têm estado a ser requalificadas. Aqui na informação estão mencionadas algumas obras: a repavimentação do caminho do Poço das Canas e ruas adjacentes - duzentos e cinquenta e cinco mil euros; o caminho do Poço da Ataboeira - duzentos e cinquenta e seis mil euros; o caminho do Barnabé e o caminho da Vinha - cento e cinquenta e sete mil euros; repavimentação do caminho de Cortesões - cento e doze mil euros; requalificação de caminhos tipificados - seiscentos e dezoito mil euros; empreitada de requalificação do caminho do Amendoal - duzentos e trinta e seis mil euros; e repavimentação do caminho do Roque - cento e noventa e sete mil euros. Portanto, o dinheiro está a ser investido. Naturalmente que a máquina não pode fazer tudo ao mesmo tempo mas estamos a trabalhar no sentido de ir às necessidades. Há muitos anos que não havia capacidade de investimento e, neste momento, há uma grande necessidade de repavimentações mas sem prejuízo de



mantermos em aberto a nossa capacidade financeira para os grandes projetos que é necessário serem feitos mas que neste momento não podem ser lançados. Tínhamos cabimentado cerca de quinhentos mil euros para o Lar dos Olhos de Água e estamos impossibilitados, não obstante ter os tais sessenta milhões, não posso mexer neles. Isto não é só um problema de Albufeira, é um problema de todos os municípios. E os meus colegas Presidentes de Câmara, independentemente das cores partidárias, também concordam comigo: esta regra de imporem a um município que, durante quatro ou cinco meses não possa mexer no dinheiro... Isto para uma empresa ia logo à falência. É uma regra que precisa ser alterada. Nós até podíamos lançar já estes dois concursos, se essa regra não existisse, mas neste momento não podemos. Estamos a falar de concursos de cerca de dez milhões de euros, os dois. Assim como outros que poderiam estar neste momento a serem já lançados mas já estão a ser preparados. Neste momento, face às regras, não se pode mexer nesta suposta disponibilidade financeira. Também temos problemas aqui em Albufeira, por exemplo: a estrada das telecomunicações, que era para ter sido feita antes do verão. O processo concursal estava pronto mas não se podia avançar naquela altura porque depois o trânsito na época alta era uma chatice. Só após a autorização do saldo, lá para Maio, é que se podia lançar aquilo, e as pessoas não quiseram, portanto, temos de fazer depois do verão. Aqui em Albufeira temos esse problema e esta regra orçamental dificulta imenso, e quem cá esteja, seja de que cor for, vai ter sempre esta dificuldade que existe em Albufeira. Gostei do seu comentário em relação ao saldo, é sempre agradável, também partilho dessa opinião, é o saldo que nos permite fazer as obras, e do sorriso aberto do seu camarada Fernando - está a sorrir porque por haver dinheiro. Ele andou muitos anos a sonhar com uma sede nova para a sua Junta de Freguesia e, neste momento, está a ser feita. Quanto ao senhor Pimenta, o assunto das escolas é um assunto muito complicado. Estamos neste momento na fase final de concurso de contratação de trabalhadores para as escolas. Dentro dos nossos limites orçamentais abrimos o máximo de concursos que podíamos. Para as escolas vão entrar, salvo erro, dezasseis assistentes operacionais, mais sete. Porque, não obstante o concurso ter sido lançado para dezasseis, parece que temos folga orçamental para poder ter mais sete - foi a informação que os serviços me deram. Já vai ser mais um reforço de trabalhadores mas também nesta área estamos limitados. Ando com muita apreensão, tenho muito receio deste tipo de delegação de competências porque vamos entrar em organismos que inicialmente são do Estado, como é o caso das escolas, em que o município serve de



fornecedor de recursos humanos, sendo a gestão desses recursos humanos decididos por outra entidade. E há aqui um desfasar, digamos, de uma boa gestão porque ninguém nos pode dar garantias de que os recursos humanos estejam a ser utilizados da melhor maneira. -----

Apesar disso, eu concordo que há poucos recursos humanos e por ter concordado lançou-se este concurso. Senhor Pimenta, estamos a ir aos limites máximos de contratação que nos são permitidos por Lei. Eu percebo a sua forma de pensar mas não temos outra alternativa porque não podemos contratar mais pessoas para fazer esses serviços." -----

José Pimenta: "Vamos supor que essa empresa de limpeza e higiene, que mereceu a sua gestão... e depois haverá um novo concurso. E suponhamos que depois a Câmara quer ficar com esses serviços, pode ou não pode ficar?" -----

Presidente da Câmara: "Teria de ver a situação mas, à partida, e sem qualquer responsabilidade no que vou dizer, parece-me que não."-----

José Pimenta: "Os serviços de limpeza têm de ser privados?"-----

Presidente da Câmara: "Não são os serviços de limpeza. Não há restrições para esta área ou aquela de recursos humanos. É no sentido de que há limites máximos que não podemos exceder, com despesa, em relação a pessoal. Neste momento não me atrevo a dizer um "Não" seguro, mas, à partida, parece-me que não. Tanto que a filosofia que tem estado imanente aos orçamentos tem sido a de redução de pessoal. O senhor poderia sugerir aos seus quadros superiores da Assembleia da República que estudassem essa matéria e nos dessem uma solução. É uma matéria que merece ser objeto de discussão. Porque eu até posso chegar à conclusão que contratar pessoal sai mais barato e penso que deveria ser dada a liberdade de os municípios escolherem contratar pessoal ou contratar serviços. E penso que a Assembleia Municipal saberia muito bem avaliar uma situação desse género."-----

Francisco Oliveira: "Só para completar a informação que o senhor Presidente deu: de facto não há dúvidas que há obras a serem efetuadas. Nós aprovámos, no ano passado, alterações ao orçamento no sentido da concessão de cerca de três milhões de euros para obras de construção de estradas e caminhos. Mas gostaria de deixar a indicação ao Presidente e aos membros da Assembleia, que, com certeza, leram a informação, que o valor do investimento global do orçamento representa cinco ponto oitenta e dois por cento, que só as receitas próprias do município representam trezentos e trinta e seis por cento da despesa total. Portanto, estamos, neste momento, a cobrar



trezentos e quarenta por cento só em receitas próprias daquilo que é a despesa total. Há aqui uma execução, em termos orçamentais, baixíssima, há um valor de receita elevadíssimo em função da despesa total.” -----

Presidente da Câmara: “Só para salientar que, não obstante essas receitas, baixámos o IMI para a taxa mínima e a derrama. É óptimo que os munícipes tenham passado da taxa máxima para a taxa mínima.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO DOIS

Aprovação da ata da sessão de 27-10-2016; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a acta a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstencções: zero (00): -----

Votos a Favor: dezoito (18): Paulo Freitas, Rui Bernardo, José Simões, Sofia Oliveira, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.--

Não votaram: sete (07): Francisco Oliveira, António Colaço, Vera Simões, Francisco Guerreiro, Ruben Barulho, Helena Simões e Joaquim Vieira.-----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão de 27-10-2016. -----

PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso para Concessão da Conceção, Construção e Exploração do Crematório de Albufeira;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Cândido Reigado: “Se não estou esquecido, este assunto já tinha passado pela Assembleia. Agora trata-se da concessão da empresa que irá ainda fazer o projeto? Ou é já para a construção?”-----



Presidente da Assembleia: "A empresa terá de apresentar o projecto para depois construir e poder explorar."-----

Cândido Reigado: "Este assunto não podia ser gerido pela própria Câmara? Não ficava mais barato?" -----

Francisco Oliveira: "Isto já veio à Assembleia Municipal. Presumo que o concurso tenha ficado deserto ou não avançou?" -----

Presidente da Assembleia: "A informação dada pelo Presidente, que poderá responder isso em primeira linha, é que o concurso foi anulado e, portanto, agora virá novamente para suprir..."-----

Francisco Oliveira: "A ideia que tinha era de que havia já um primeiro concurso e, por qualquer razão, não vingou." -----

Presidente da Assembleia: "Houve impugnação do concurso e houve anulação do mesmo." -----

Francisco Oliveira: "Mas houve concorrentes?"-----

Presidente da Câmara: "Houve o concurso, foi feita a adjudicação e houve alguém que impugnou o concurso judicialmente e ganhou a impugnação do concurso. Portanto, voltámos à estaca zero. É essa a razão de se estar a fazer novamente este concurso." -

José Pimenta: "A Assembleia Municipal pode saber qual foi a empresa que concorreu e ganhou e qual foi a que impugnou?"-----

Presidente da Assembleia: "Amanhã oficiamos à Câmara e pedimos cópia da decisão judicial, e, posteriormente, remetemos aos Membros da Assembleia." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstencões: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, José Simões, Sofia Oliveira, António Colaço, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Helena Simões, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----



PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, das Declarações de compromissos plurianuais e de pagamentos e recebimentos em atraso a 31 de Dezembro de 2016; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto, informou que o ponto não é para deliberação mas sim para tomada de conhecimento, e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, foi tomado conhecimento.-----

PONTO CINCO

Análise, discussão e deliberação, sobre a instalação de estabelecimento de cultura de bivalves em Albufeira, com eventual deliberação a atestar ser contra o "interesse municipal" do município de Albufeira;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Assembleia: "Em referência a este ponto, o senhor Presidente da Câmara deu-me a conhecer o prazo de discussão pública e, como tal, a Assembleia Municipal remeteu, dentro deste prazo de discussão pública, a deliberação que a Assembleia tomou, ou seja, que a instalação deste género de indústria, em Albufeira, era contra o "interesse municipal", para que fosse tomada em consideração no âmbito da decisão final sobre este assunto."-----

Cândido Reigado: "Este assunto também já tinha vindo à Assembleia Municipal e a Assembleia Municipal manifestou-se contra a instalação dessa empresa. Então pergunto: porque é que este assunto vem novamente aqui, à Assembleia Municipal? É a empresa que está a tentar fazer a instalação?" -----

Francisco Oliveira: "Uma questão prévia, que não tem a ver directamente com isto, tem a ver com a aprovação de "interesse municipal". Passou-se há duas Assembleias atrás a questão de tomarmos conhecimento de uma proposta para declaração de "interesse municipal", onde houve uma dúvida sobre se a Assembleia Municipal teria de tomar conhecimento direto ou através de parecer do executivo. Gerou-se essa confusão e já nessa Assembleia veio a proposta para ser aprovado o "interesse municipal". Pergunto se tem confirmação para que, no futuro, tenhamos uma conduta a seguir por esta Assembleia Municipal de que as deliberações sobre "interesse municipal" venham



diretamente à Assembleia, o que não me parece, ou que venham através do executivo, com parecer do próprio para que a Assembleia Municipal delibere ou não.”-----

Presidente da Assembleia: “É meu entender que deve vir sempre pela Câmara Municipal, após deliberação do executivo terá que vir à Assembleia. No meu entender não temos competência para deliberarmos diretamente sobre o “interesse municipal” sem o parecer da Câmara Municipal. E é nesta sequência que isto vem. A Câmara Municipal tomou, novamente, deliberação sobre este ponto e remete, novamente, à Assembleia Municipal. E vem à Assembleia Municipal porque está em discussão pública, e não obstante, poderíamos não concluir a Assembleia dentro do prazo, porque a Assembleia foi marcada sem ter em atenção ao prazo da discussão pública e aquilo que estamos a fazer é um reforço da posição.” -----

Francisco Oliveira: “Não coloco em causa e votaremos em conformidade. A única questão que gostava de saber era em termos processuais. Na altura gerou-se alguma confusão e para que os trabalhos prossigam nessa sequência, outras deliberações que venham à Assembleia Municipal para serem tomadas sejam exactamente com o mesmo procedimento.” -----

Presidente da Assembleia: “Tem sido. Até porque veio o parecer da Associação Nacional de Municípios, e veio neste entendimento, de vir sempre primeiro a deliberação da Câmara Municipal. Falha-nos aqui a competência direta para sobrepor à posição da Câmara Municipal. E respondendo ao senhor Cândido Reigado, é por isso que vem aqui novamente. Havia a discussão pública - o Presidente da Câmara alertou-me para a situação - e eu fiz a resposta antecipadamente, até porque não tínhamos a ata aprovada, tínhamos apenas a minuta.” -----

Presidente da Câmara: “Inicialmente, quando tomámos conhecimento, em Agosto, tomámos posição. Fui, inclusivamente, a uma reunião a Lisboa com o Presidente da Junta de Albufeira e com o representante dos pescadores de Albufeira. Também estiveram presentes associações de pescadores e o Presidente da Câmara de Loulé. Saímos de lá com alguma sensibilidade no sentido de que o processo não iria avançar, pensámos que a postura tomada, na altura, teria sido convincente no sentido de não avançar este processo. Tomei conhecimento de que se abria o período de discussão pública, para que fossem apresentadas as reclamações, até dia dezassete de Fevereiro. A reclamação que fizemos antes, para este processo vale “zero” porque não foi colocada dentro do período das reclamações. Daí a necessidade de ter levado novamente a reunião de Câmara. Alertei, na altura, o meu colega de Loulé e a minha



colega de Silves, porque ambos são afetados diretamente na sua costa por este projecto, e promovi uma reunião com os interessados da nossa costa, no sentido de que, cada um, se fosse esse o seu entendimento, fizesse oposição, em que essas oposições podem primar pela diversidade mas têm sempre em conta que a ponderação vai ter de ser feita com os vários elementos. Portanto, quanto mais argumentação houver, quanto mais interesses forem contrários ao interesse de uma exploração desta natureza, melhor. Entendo que temos aqui instaladas atividades tradicionais (a pesca tradicional é o que temos em Albufeira) e tenho de pensar que esta gente precisa daquela zona e este pequeno ponto no mar está inserido numa grande mancha, que pode ser toda ela objecto de estabelecimento desta natureza. Se é aprovado o primeiro, depois damos início àquilo a que se chama "o princípio da igualdade". Sou um bocado radical neste assunto: aquela zona está considerada uma das melhores zonas ecológicas e de criação de peixes. Portanto, vamos permitir que alguém, que vem de fora, venha colidir com os interesses dos pescadores desta costa? Depois temos de fazer a ponderação de "interesse público". E que emprego é que isto vai gerar? E vai colidir com quantos empregos? Aqui já há essa incompatibilidade. Depois entramos na questão da navegação, que de repente encontram uma barreira enorme à frente. Ou seja, se este plano for para a frente, temos um problema seríssimo no Algarve, com uma barreira na nossa costa, que eu acho que é inadmissível e é incompatível com as nossas atividades. Se considerarmos que há incompatibilidade com os interesses quer dos pescadores, quer interesses de natureza ambiental e ecológica, quer com os interesses do turismo, penso que é fácil de concluir que não há negociação possível. Acredito profundamente que isto é mesmo contrário ao interesse público, e, portanto, tenho de ir para tribunal demonstrar que a decisão administrativa é contrária ao interesse público. Penso que, no Algarve, quando foi feito o plano, ninguém se apercebeu da seriedade disto. Quando foi a questão do petróleo, também gerava incompatibilidade. Eu não sou contra que se veja quais são os recursos naturais, não posso é correr o risco, para encher os bolsos de duas ou três empresas, de colocar em crise a possibilidade de milhares de postos de trabalho no Algarve. E se há um derrame? E quanto é que o estado ganhou com isso? E quanto é que perdeu a saída de receitas para a região do turismo? Acredito que é contra o interesse dos Algarvios. Quando há incompatibilidade não há negociação possível."-----

Francisco Guerreiro: "Este ponto já foi aprovado numa Assembleia e pergunto se foi feito ofício para o Governo e se houve alguma resposta. Nós temos o Secretário de



Estado das Pescas, e é Algarvio, também temos um membro deste concelho que hoje é deputado e a minha pergunta vai no sentido de saber se o Presidente fez alguma abordagem ao senhor Secretário de Estado ou ao senhor Membro da Assembleia da República."-----

Presidente da Câmara: "O senhor deputado, e também vereador nesta Câmara, que participou na primeira deliberação que tomámos em Agosto, mostrou-se também contrário a este assunto. Não falei diretamente com o Secretário de Estado mas não tenho dúvidas de que está sensibilizado para a questão. Desconheço qual vai ser a decisão do governo sobre esta matéria. De qualquer forma, temos sido positivos e pensamos no melhor. Há aqui uma questão que é o procedimento: o concurso teria tido início para chegar à fase de audição pública, para aí sim, haver a oposição ou as várias oposições que permitam ao decisor ponderar pela não concessão. Parece-me que o decisor não poderia *de per si* matar o concurso, porque isso poderia gerar responsabilidades. Então, avança com o concurso, passa à fase de discussão pública e agora sim, irá ponderar de acordo com o processo de concurso, cumprindo as regras do concurso, irá ponderar a decisão final. Penso que a senhora Ministra poderá ter aqui algum peso político mas talvez não nesta fase. Nesta fase havia um concurso já lançado, havia um plano sobre o qual foi lançado esse concurso e, dá-me ideia, que esta fase do concurso teria de continuar. Agora vamos ver o desfecho. Eu tenho muita esperança que corra bem."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, José Simões, Sofia Oliveira, António Colaço, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Helena Simões, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----



PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público com Publicação no JOUE, para Fornecimento de Gás GPL a Granel para Depósito, Canalizado ou Butano e Propano em Garrafas para Abastecimento de Edifícios Municipais; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros:-----

José Pimenta: "Eu tenho conhecimento que em Olhão, em Portimão e em Faro há gás canalizado e pergunto se, da parte do nosso edifício já houve alguma iniciativa, algum trabalho desenvolvido para que Albufeira também tivesse gás canalizado. Todos nós sabemos que o gás canalizado é metade do preço. Ia ser muito mais barato para os munícipes e para o nosso concelho. E pergunto se já houve contactos, alguma iniciativa da Câmara neste sentido." -----

Presidente da Câmara: "Ainda hoje coloquei essa questão, precisamente pela diferença de preço, porque o gás de garrafa está caríssimo. Neste momento desconheço algum plano existente sobre a questão do gás canalizado em Albufeira mas é para começar a pensar muito seriamente nisso." -----

Domingos Coelho: "As zonas Polis não incluíram a canalização de gás, pelo menos na área da sua intervenção?"-----

Presidente da Assembleia: "Posso partilhar a experiencia que tenho nesta área. Há uma questão relacionada com o gás canalizado puro, em Lisboa e Porto, não sei se Coimbra terá, que terá a ver com o gás natural e aqui não estamos a falar de gás natural, estamos a falar de gás canalizado. O centro de Albufeira tem. É uma empresa que explora e fornece a quem quiser, as urbanizações têm, a Marina tem, Vale Pedras e Vale Parra têm. O que acontece é que os promotores fazem contratos com empresas de fornecimento a granel, e é gás canalizado, mas de reservatório para casa. Gás natural, que é uma coisa completamente diferente, não sei se Albufeira está incluída no plano nacional. Isto não depende do município, depende do Ministério da Energia. Mas nós em Albufeira temos gás canalizado. Nos Olhos de Água também há urbanizações, a urbanização por detrás da escola Francisco Cabrita tem gás canalizado."-----

Cândido Reigado: "Em relação a Faro, Portimão e Olhão é gás natural."-----

Presidente da Assembleia: "Mas isso não depende dos municípios, é o Plano Nacional. Eu sei por questões profissionais. Depois as famílias têm de adaptar os queimadores, que



não é exatamente o mesmo equipamento. Gás natural, propano e butano são coisas completamente diferentes. Pouparamos de um lado e depois temos de reinvestir em novos equipamentos para que funcionem.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, José Simões, Sofia Oliveira, António Colaço, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Helena Simões, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de isenção total do pagamento de taxas devidas pelas operações urbanísticas, objeto de ações de reabilitação, a desenvolver na zona abrangida pela Delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Aldeia de Paderne, bem como considerar como “Projeto Urbanístico de Interesse Municipal” a delimitação da respetiva área;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, José Simões, Sofia Oliveira, António Colaço, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Helena Simões, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e



Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----
A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação sobre a integração da Assembleia Municipal na Associação Nacional de Assembleias Municipais; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros:-----

Presidente da Assembleia: "A Associação já foi criada e convidaram-nos para a integrar. Os estatutos vão ser aprovados na próxima sessão, bem como já há umas alterações aos estatutos. Eu entendo que esta Assembleia deve deliberar a sua integração ou não." -----

Francisco Oliveira: "Ao ver a documentação que nos foi enviada, verifiquei duas questões: a primeira é que as receitas da associação têm a ver com as entradas dos municípios e com uma quota, mas nenhuma das duas está definida; sei que a segunda, a quota anual será definida pela direcção mas o valor da entrada esse também não está definido, mas com certeza que não serão milhares de euros." -----

Presidente da Assembleia: "Eu falei com o Presidente da Assembleia de Torre de Moncorvo que diz que há ideias mas que será esta Assembleia a fixar, os corpos diretivos vão ser eleitos nesta Assembleia, portanto tudo derivará dali." -----

Francisco Oliveira: "Com certeza que não serão milhares de euros mas, assim, estamos a entrar 'às cegas'."-----

Presidente da Assembleia: "Neste momento, integrando respeitamos as regras do jogo, que não vamos conhecer *à priori*, mas que poderemos ter uma ideia e manifestar aqui essa ideia para que lá possamos defender um valor." -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Provavelmente devem aplicar o mesmo valor que a ANM aplica e a ANAFRE." -----

Presidente da Assembleia: "Isto vem colmatar uma lacuna que há porque temos a Associação Nacional de Municípios, temos a ANAFRE e para as Assembleias Municipais nunca insistiram relativamente a esta posição." -----

José Pimenta: "A CDU pensa que este é mais um organismo. Já existe a AMAL, a ANM, e agora mais um organismo?" -----



Presidente da Assembleia: "Não há nenhum representante de uma Assembleia Municipal na Associação Nacional de Municípios. Não há nenhum representante de uma Assembleia Municipal na ANAFRE, porque é das Juntas de Freguesia. Portanto, o que se está a criar é um organismo que fale em nome das Assembleias Municipais. Isto é o mais salutar do que é a democracia. Eu já fiz esta pergunta mas ninguém me respondeu: porque é que as Assembleias Municipais não têm representação na Associação Nacional de Municípios? Há uma Assembleia Geral, efetivamente os Presidentes das Assembleias são convidados para estar presentes na Assembleia Geral, e não passa disso. A ANAFRE tem um representante junto da Associação Nacional de Municípios, porque é do município, não é da autarquia, que é uma coisa completamente diferente. Por isso é que existe a ANAFRE. Porque, tecnicamente, a Associação Nacional de Municípios são as Câmaras Municipais, a ANAFRE as Juntas de Freguesias, e esta associação as Assembleias Municipais. Se alguma coisa faz sentido é a criação desta associação para defender os interesses das Assembleias Municipais e para exigir a defesa dos direitos dos eleitos nas Assembleias Municipais. E hoje tivemos aqui esse exemplo típico: podemos lutar aqui sozinhos contra quem quer que seja mas, se calhar, há outros tantos membros de outras Assembleias Municipais que têm problemas idênticos e não têm quem os defenda. Com uma associação destas - e quando estamos a festejar os quarenta anos do poder autárquico - vão dar voz àquele que é o órgão representativo por excelência, com uma associação nacional. Parece-me que é precisamente o contrário. Parece-me que nunca é demais saudar esta iniciativa, mas isto é a minha opinião pessoal." -----

José Pimenta: "É dito lá que os estatutos ainda têm de ser revistos, ainda é uma coisa um bocado dúbia."-----

Presidente da Assembleia: "Está no início. E nós não entrarmos no início, não podemos acompanhar. Ela tem de nascer e depois há-de crescer, e se nós estivermos por dentro damos a mão a crescer, se ficarmos de fora, e ficarmos a olhar, a única coisa que podemos fazer é criticar. Prefiro estar por dentro do nascimento de uma associação, ainda que nasça torta, mas que a seguir se endireite, do que pautar pela inexistência da mesma. São quarenta anos de poder autárquico local sem que as Assembleias tenham os seus direitos defendidos." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----



Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: duas (02): Cândido Reigado e José Pimenta.-----

Votos a Favor: vinte e três (23): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, José Simões, Sofia Oliveira, António Colaço, Vera Simões, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Helena Simões, Ruben Barulho, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação da Moção subscrita pela CDU, com o tema "O Flagelo da Precaridade Laboral"; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Cândido Reigado lê moção. (Doc.1, anexo a esta ata) -----

Adriano Ferrão: "No teor geral acho muito bem e acho excelente que a CDU venha exigir ao Governo que resolva as precariedades na administração pública. Acho muito bem que a CDU tome este plano, apesar de votarmos na abstenção, não desgosto, pessoalmente, do documento." -----

Francisco Oliveira: "Não sei de que forma e em que moldes o governo irá definir esta situação mas já tem sido alvo de estudo e, naturalmente, que iremos votar favoravelmente." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: dez (10): Paulo Freitas, Rui Bernardo, António Colaço, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Vítor Vieira, Carlos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Presidente da Junta de Freguesia da Guia.-----

Votos a Favor: quinze (15): Francisco Oliveira, José Simões, Sofia Oliveira, Vera Simões, Cândido Reigado, Domingos Coelho, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ruben



Barulho, José Pimenta, Leonardo Paço, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----
A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação da Recomendação subscrita pela CDU de atribuição de nome a uma Rua na Freguesia de Albufeira e Olhos de Água a Fausto Napier; -----

Presidente da Assembleia: "Depois de termos remetido a Ordem de Trabalhos à Câmara Municipal, o Vereador Rogério Neto chamou a atenção para a existência de uma praceta com o nome de Fausto Napier, fica na Corcovada. Tenho aqui o mapa, que poderei facultar, com a localização da praceta. Foi uma deliberação de vinte de Setembro de dois mil e onze. A Praceta Fausto Napier tem início na Rua Manuel Teixeira Gomes e fica na Corcovada. Não sei se a CDU quer manter a proposta." -----

José Pimenta: "De qualquer forma, não é de menos importância aprovarmos aqui a moção pela importância que teve este fotógrafo do século passado." -----

Presidente da Assembleia: "São duas coisas diferentes. Uma coisa é estarmos a homenagear uma personalidade do concelho, outra é dizermos que vamos atribuir um nome a uma rua quando já existe uma praceta com esse nome. Se fosse uma rua contígua... Agora colocarmos uma rua com o nome Fausto Napier, por exemplo, nos Olhos de Água quando já existe desde 2011 uma praceta com esse nome na Corcovada... assim estamos a criar confusão na comissão de toponímia. Fausto Napier foi um grande fotógrafo, foi um grande artista e foi uma das pessoas que mais retratou Albufeira e não são de menor importância as exposições que têm sido feitas e o espólio que tem de fotografias deste concelho."-----

Francisco Oliveira: "Tendo em consideração que entrou esta moção com este conteúdo e que estarmos a fazer uma nova moção agora seria mais complicado, eu propunha à CDU, se assim o entender, que trouxesse a moção na próxima Assembleia e que a apresentasse como um voto de louvor ou como reconhecimento do fotógrafo Fausto Napier, para que pudesse ser votada na próxima Assembleia." -----

Presidente da Assembleia: "A Câmara Municipal já fez, no dia do município, homenagem a Fausto Napier, portanto, já foi homenageado, publicamente, há uns anos. Mas a questão que aqui está é a de atribuição do nome a uma rua e parece-me que, este ponto em si, está esvaziado de conteúdo face à praceta. De maneira alguma estamos a inibir a iniciativa de deliberação ou de propostas sobre qualquer membro, é só esta a questão" -----



Francisco Oliveira: "A minha proposta é no sentido de que esta não me parece razoável ser votada e ser alterada também não é possível. Caso a Assembleia e a CDU assim o entenda, é colocar uma nova moção ou um novo voto de louvor para uma próxima Assembleia. Parece-me que o conteúdo desta perdeu eficácia." -----

José Pimenta: "Nós não tínhamos conhecimento dessa situação. Estamos aqui para falar." -----

Presidente da Assembleia: "Nós andamos por aí e muitas vezes não sabemos os nomes de todas as ruas, portanto, o desconhecimento acho que é passível de desculpa para todos os membros. Neste momento a questão que se coloca é saber se os proponentes da recomendação mantêm a mesma para deliberação de atribuição de uma rua com a denominação de Fausto Napier." -----

José Pimenta: "Vamos retirar a recomendação."-----

Face à existência de uma praceta com o mesmo nome a CDU retirou a sua recomendação.-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, dos pontos onze e doze e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO ONZE E PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1.ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2017-2020; -----

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1.ª Revisão do Orçamento para o ano de 2017, incluindo o Mapa de Pessoal; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Cândido Reigado: "A CDU vai abster-se nos dois pontos. Estamos de acordo com a criação de postos de trabalho mas há um aspeto de que nós discordamos: a retirada de verba para a construção do Lar e creche dos Olhos de Água, que já devia ter sido construído há mais anos. No próprio orçamento está definida uma verba de quinhentos e trinta e cinco mil duzentos e trinta e sete mil euros. Vão ser retirados, este ano, duzentos e oitenta e dois mil seiscentos e dois, portanto restam duzentos e cinquenta e dois seiscentos e trinta e cinco. Provavelmente, durante o ano, na própria obra, podem não gastar os duzentos e cinquenta e dois mil. No nosso entender não é a forma mais correcta porque entendemos que havia possibilidade de ir buscar dinheiro a outra



rúbrica para aquilo que a Câmara pretende fazer, e que nós concordámos. No Orçamento e nas Grandes Opções do Plano, que foram aprovados, não refere por exemplo, a instalação de escadas de madeira e rampas que são necessárias em todo o concelho. Se realmente vão executar este trabalho, de certa forma é porque é necessário, mas entendemos que não havia necessidade de retirar verba à construção do Lar e creche dos Olhos de Água.”-----

Francisco Oliveira: “Relativamente ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, sabemos que o orçamento em causa não é o orçamento que o Partido Socialista apoiaria, ou eventualmente aprovaria, por essa razão tomamos a posição que tomámos quanto à aprovação do mesmo. Não vemos nesta revisão do orçamento nada de especial. A questão de transferência de verbas, reforçando a questão laboral e fazendo o pagamento de salários, férias... Verifica-se, realmente, esta redução e parece-me que esta redução tem a ver com o atraso nos trabalhos, alguma dificuldade em que eles prossigam. Colocamos só uma questão que entendemos que já estamos em Fevereiro e já temos uma primeira revisão do orçamento, e parece-me que vamos ter mais umas sete ou oito - esperemos que não - como aconteceu no ano passado. E relativamente à questão dos valores que há pouco foi referida, o senhor Presidente referiu, e muito bem, que o IMI desceu mas o IMI desceu não foi por proposta do executivo PSD mas sim pelo PS e outras forças políticas que, efetivamente, assim o entenderam fazer por um valor mais baixo do que aquilo que era a proposta inicial do PSD.”-----

Presidente da Câmara: “Basta ir ver as atas e verá que isso não está correto - e nem vou comentar esse tipo de coisas. Não é verdade! O senhor não esteve presente, portanto, não esteja a dizer que é verdade quando não é verdade. Como advogado sabe muito bem que o que ouvi dizer não vale como prova e eu posso dizer que não é verdade o que está a dizer e o senhor não pode desmentir porque não esteve presente e eu estive presente. A CDU refere as suas questões, tenho que aceitar, a opinião é livre. Dizer que uma das coisas que vai ser contemplada com essa retirada de dinheiro que estava lá para o Lar vai para a requalificação da linha de água de Vale Faro... Só que esta era urgente e podíamos fazer com este dinheiro. Enquanto que o Lar não se fazia com os quinhentos mil euros, a diferença é essa. É uma questão prática, de se poder requalificar um trabalho urgente que é o trabalho da linha de Vale Faro.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO PONTO ONZE: -----



Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: duas (02): Cândido Reigado e José Pimenta. -----

Votos a Favor: vinte e três (23): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, José Simões, Sofia Oliveira, António Colaço, Vera Simões, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Helena Simões, Ruben Barulho, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

VOTAÇÃO PONTO DOZE: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: duas (02): Cândido Reigado e José Pimenta. -----

Votos a Favor: vinte e três (23): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, José Simões, Sofia Oliveira, António Colaço, Vera Simões, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Helena Simões, Ruben Barulho, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO TREZE

Tomada de conhecimento da sentença do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, do Processo 185/10.8 BELLE-A (Urb. Roja Pé Lote 4);-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Cândido Reigado: "Vimos com agrado que conseguiram, pelo menos, travar essa situação - não se sabe é até quando. De certa forma foi uma vitória mas quero perguntar se poderão os moradores destes dois blocos ficar sossegados definitivamente ou se haverá ainda a possibilidade de voltarem novamente à carga, de virem a ser demolidos."

Presidente da Câmara: "Eu não estou muito à-vontade no sentido de poder dar previsões para o futuro. Os factos de que disponho são que o próprio tribunal, que tinha dado ordem de execução, reviu a sua própria decisão e em concordância com o



conteúdo dos recursos apresentados e com a concordância do Ministério Público. Digamos que, à partida, os interessados vão ter a faculdade de poderem, a partir de agora, ser citados e poderem opor-se à execução. Se não disserem nada, vão-se conformar com a ordem do tribunal de execução da sentença que está proferida no primeiro processo. Quanto à questão de se devem ficar sossegados... Muito pelo contrário, devem ficar inquietos no sentido de irem apresentar os seus motivos de oposição à execução da sentença - têm de defender os seus direitos. Em relação à primeira sentença, essa tanto quanto julgo saber, é a parte declarativa, está a ser objeto de recurso. Portanto, nada de ficar sossegados, muito pelo contrário, é altura de ação. Mas é uma primeira vitória. Foi pedida e deliberada a feitura de um Plano de Pormenor para a zona porque os nossos técnicos mantêm que a decisão que foi impugnada de aprovação é uma decisão válida. E a decisão do tribunal foi tomada sem sequer ter havido audição dos técnicos. Portanto, tenho esperança que, em termos judiciais, a questão se possa resolver. Como não há que facilitar nestas coisas, está dentro dos poderes do nosso município fazê-lo sem estarmos a entrar em conflito com instrumentos de planeamento de índole superior. Portanto, está dentro da faculdade do município regularizar aquela situação, via Plano de Pormenor, e está, neste momento, a ser feito o Plano de Pormenor. E por aí eu poderei dizer que podem estar sossegados, mas também não depende só do município. Há outras entidades que terão de ser consultadas e terão de manifestar as suas opiniões e os seus pareceres, designadamente a CCDR do Algarve. O que posso dizer é que estamos a fazer tudo o que é possível para que as pessoas possam ficar sossegadas." -----

Cândido Reigado: "Se esse Plano de Pormenor for aprovado a situação fica resolvida ou não?" -----

Presidente da Câmara: "À partida, sim. Mas isto não quer dizer que não tenhamos o cuidado de, no próprio foro judicial, combater no sentido de que aquilo foi uma deliberação bem tomada e, mesmo que não tivesse sido bem tomada, o Interesse Público de demolição é substancialmente inferior ao Interesse Público subjacente, não só o direito à indemnização que as pessoas teriam. Portanto, parece-me que, judicialmente, se deve lutar contra essas decisões judiciais, no sentido de que não estão corretas, e por isso há os tribunais de recurso. Independentemente disso, o município também tem os seus próprios meios de clarificar a situação. Vamos pelas duas vias, com o máximo de inteligência para que essas pessoas tenham os seus direitos salvaguardados."-----



José Pimenta: "Lemos toda esta informação que foi dada à Assembleia Municipal "tim tim por tim", compreendemos mesmo sem sermos juristas. Compreendemos que esta informação foi dada também aos interessados mas não podemos esquecer que eles não são juristas, eles precisam de saber que agora têm de avançar. Se eu recebesse uma carta dessas eu ficava com dúvidas. Sei ler uma decisão mas ficava com dúvidas e é por isso que os cidadãos procuram os juristas."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, foi tomado conhecimento.-----

Presidente da Assembleia: "Antes de encerrar a sessão só queria referir que, como o senhor Pimenta já referiu aqui, e já foi referido muitas outras vezes, de facto, estamos na parte final do mandato. Em meu nome pessoal quero agradecer a todos os membros da Assembleia os três anos que passaram, agradecer toda a parcimónia, a paciência e a forma como os trabalhos correram. Agradecer a amizade, e hoje foi o exemplo típico de uma Assembleia desse género, de respeito mútuo. Ninguém fica cerceado nas suas convicções políticas e combate político mas quero agradecer o respeito com que nos temos debatido dentro desta Assembleia Municipal. Desejar a todos, politicamente, um bom ano."-----

Antes de encerrar a sessão foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:30 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 22 de Fevereiro de 2017 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____



Coligação Democrática Unitária

Moção

O Flagelo da Precariedade Laboral

A precariedade laboral é a precariedade do salário, do vínculo, dos direitos, da vida. Um flagelo individual, um drama social e um obstáculo ao desenvolvimento do país. A precariedade só serve os poucos que se alimentam da insegurança e instabilidade de muitos. A precariedade laboral verifica-se com maior preponderância no nosso concelho nos sectores de hotelaria e distribuição, mas que também se verifica em serviços da Administração Central e Local.

É preciso, é urgente e é possível acabar com este flagelo.

A generalidade dos trabalhadores com vínculo precário trabalha no mesmo local, tem o mesmo horário, desempenha as mesmas tarefas. Tudo é igual aos trabalhadores efectivos, excepto, o salário! Em média um trabalhador com vínculo precário ganha menos 30 a 40% que um trabalhador com vínculo efectivo.

É com trabalho temporário, a tempo parcial, contratos de emprego e inserção, falsos estágios e bolsas que se garantem tarefas permanentes com trabalhadores temporários, com salários baixos e custos mais reduzidos para o patronato.

Cerca de 600 mil pessoas trabalham com falso recibo verde, trabalhadores que desempenham funções permanentes, com local de trabalho e horário fixos, mas que sobre o qual a entidade patronal não assume nenhuma responsabilidade, visto que são considerados trabalhadores independentes.

Ainda, a não renovação dos contratos a prazo é a primeira causa de desemprego junto dos mais jovens. Desemprego, exploração, precariedade... está tudo ligado.

Será muito exigir um contrato de trabalho efectivo para quem trabalha há anos na mesma empresa ou serviço, desempenha a mesma ou outras funções e assina várias vezes um novo contrato a cada mês que passa?



Será pedir muito que paguem salário igual a quem faz trabalho igual, no mesmo local, tarefa e horário?

Face ao exposto, os eleitos da CDU propõem, que a Assembleia Municipal de Albufeira reunida em 22 de Fevereiro de 2017 delibere:

- 1: Exigir ao Governo que assuma realmente, dando seguimento ao relatório já apresentado que identifica as situações de precariedade na administração pública, o combate à precariedade como uma política de estado e assegure que os objectivos serão alcançados, para que nenhum trabalhador da administração pública fique de fora deste processo de vinculação.
2. Exigir a eliminação da caducidade das contratações colectivas e a reposição do princípio do tratamento mais favorável, pois só assim é possível dinamizar a contratação colectiva, verdadeiro instrumento de regulação do mercado de trabalho, dignificar os trabalhadores, reduzir a individualização e precarização das relações laborais e evoluir no sentido do desenvolvimento e progresso do País.
3. Exigir da ACT, a fiscalização das empresas e obrigue o patronato a respeitar a contratação colectiva e todos os direitos dos trabalhadores:
4. Enviar esta moção ao Presidente da República, a Assembleia da República e ao Governo:
5. Dar conhecimento à comunicação social.

Albufeira, 22 de Fevereiro de 2017

Os eleitos da CDU: